



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIMIOSO
QUADRIÉNIO DE 2005/2009**

ACTA NÚMERO CATORZE

----- ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIMIOSO, REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E OITO. -----

----- Aos vinte e nove dias do mês de Fevereiro de dois mil e oito, pelas nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu, ordinariamente, a Assembleia Municipal de Vimioso, conforme ponto um do artigo quadragésimo nono da lei número cento e sessenta nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro alterada pela lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

Ponto Um) – Apreciação e votação da acta da reunião ordinária de dezoito de Dezembro de dois mil e sete -----

Ponto Dois) – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

Ponto Três) – PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----

Ponto Três Ponto Um) – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara relativa à Actividade Municipal. -----

Ponto Três Ponto Dois) – Apreciação e Votação do Projecto de Pacto Social para Constituição de Sociedade “ Parque Ibérico Natureza e Aventura –VIIP de Vimioso, Lda. -----

Ponto Três Ponto Três) – Apreciação e Votação da Proposta dos Estatutos da Associação de Municípios do Planalto Mirandês.-----

Ponto Três Ponto Quatro) – Outros Assuntos de interesse para o Município. ----

----- Ponto Quatro) – PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA. -----

----- Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dado início à sessão tendo passado a palavra à Senhora Segunda Secretária para verificação das presenças. Compareceram os senhores: José António Cerqueira da Costa Moreira, Vítor Pereira Paiva Nogueira, António Eduardo Frias Martins, Aníbal Alves do Rosário, José Luís Pires Rodrigues, Luís Ventura Diz, Acácio António Afonso Fernandes, Manuel João Ratão Português, Paula da Felicidade Ferreira

Martins, Nuno dos Santos Penascals Martins, Faustino dos Santos Tomé Gonçalves Pissarro, Manuel Fernandes de Oliveira, Luís Manuel Tomé Fernandes, Vítor Manuel Fonseca Pires, Luís Alcino Lopes Luís, José Maria João de Quina, Norberto Augusto Magalhães João, Domingos David Sardinha Pimentel, César Manuel Veiga Rodrigues, Marcolino Rodrigues Fernandes, António Bartolomeu Vaz Carvalho, Manuel Pascoal Lopes Padrão, Emídio Martins Domingues, José António Ramos Fernandes, Aníbal Augusto João Delgado, Norberto Francisco Machado da Veiga, Ilda de Fátima Fernandes Martins e Manuel Delfim Martins Miranda. ----- Registou-se a falta do Senhor deputado José Carlos Vaz Gonçalves. -----

-----Estiveram presentes, de acordo com o ponto três do artigo quadragésimo oitavo da lei número cento e sessenta nove, de dezoito de Setembro, alterada pela lei número cinco A barra dois mil e dois de onze de Janeiro, O Senhor Presidente da Câmara José Baptista Rodrigues e os Senhores Vereadores, António Jorge Fidalgo Martins, José de Jesus Cepeda Prada e Jorge dos Santos Rodrigues Fernandes. -----

- Ainda pela senhora segunda secretária, foi dado conhecimento da correspondência recebida desde a última sessão da Assembleia. ----- **Ponto Um) – Apreciação e votação da acta da reunião ordinária de dezoito de Dezembro de dois mil e sete.** -----

Estando todos os membros da Assembleia na posse da acta da sessão anterior (enviada antecipadamente) e não tendo havido pedidos de esclarecimento e intervenções, pelo Senhor Presidente da Assembleia, a mesma foi colocada à votação, tendo sido aprovada por maioria com a abstenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Angueira, Vítor Pires, dado não ter estado presente na respectiva sessão. -----

----- **Ponto Dois) – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Aberto o período de intervenções, o Senhor deputado José Luís Rodrigues referiu-se à acta da última sessão considerando-a de elevado nível no que respeita à sua redacção. No entanto, mostrou alguma preocupação relativamente ao conteúdo da mesma, o qual deveria merecer uma cuidada reflexão, designadamente quanto às intervenções que podem pôr em causa instituições pelas quais se deve ter o maior respeito. Concretizando, foi da opinião que o Senhor deputado Vítor Paiva, nas suas intervenções, deveria preocupar-

se mais com os problemas locais (do concelho) e não tanto com os problemas de índole nacional. Disse esperar que a Câmara Municipal lhe desse motivos para falar bem/elogiar o concelho. Quanto ao facto do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Argoselo, Luís Rodrigues, ter afirmado que, em Argoselo, os utentes da extensão de saúde tinham de ir para as consultas às duas e três da manhã, referiu que tal afirmação não correspondia à verdade tendo argumentado que, no Centro de Saúde, os dados relativos a Janeiro e Fevereiro há apenas um único registo de uma pessoa que aguardou consulta desde as seis horas e trinta minutos. Continuou, referindo-se à intervenção do Senhor Vice-Presidente relativa à Maratona das Castanhas, designadamente quando afirmou que, apesar de não ser contra a Maratona, a verdade é que à excepção do Albano, todos os outros participantes eram de fora não ficando, além do almoço, qualquer mais valia no concelho. Nessa sequência, fez uma analogia entre os participantes da Maratona das Castanhas e os membros da Assembleia Municipal para dizer que também a grande maioria destes não ficam/vivem no concelho. Comprometeu-se a, em próximas eleições autárquicas, não integrar qualquer lista em que todos os seus elementos não tivessem residência e/ou domicílio fiscal no concelho, lançando o desafio a todos os elementos da Assembleia Municipal, no sentido de assumirem o mesmo compromisso. Relativamente aos Cuidados Continuados, em que o Senhor Vice-Presidente, referindo-se à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Avelanoso, disse que a responsabilidade do fornecimento da comparticipação nacional deve caber por inteiro ao Ministério da Saúde, até porque foi esse o compromisso do Senhor Ministro e do Senhor deputado do Partido Socialista Engenheiro Mota Andrade para com o Senhor Presidente da Câmara, referiu: “ Ora bem, eu não lhe vou dizer que é mentira, mas não creio que isso tivesse sido verdade porque só quem não conhece a legislação acerca da rede dos Cuidados Continuados é que pode pensar desta maneira. Não é ao Estado que compete criar e construir as Unidades de Cuidados Continuados. Ao Estado compete aprovar essas Unidades e participar porque a comparticipação maior do Estado vem à posterior. A comparticipação maior do Estado vem através, depois, da Segurança Social. Faz uma ideia em quanto é que o Estado comparticipa uma cama de longa duração? Comparticipa em cinquenta e três euros por dia e uma cama de média duração comparticipa com setenta e

três euros por dia. Portanto, a grande participação do Estado está à posterior não é na construção. Aliás eu desafio que me diga qual foi a Unidade de Cuidados Continuados construída pelo Estado. Tem havido é ajudas do Estado e o Senhor Presidente, sabe bem, tem um colega, o seu colega de Vinhais, que tomou por inteiro em mãos a construção de Cuidados Continuados. “ -----
----- Pediu e foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. Acerca da Unidade de Cuidados Continuados, esclareceu: “ quando eu assinei o protocolo para o fecho do Centro de Saúde (SAP) houve o compromisso do Senhor Ministro Correia de Campos, do Senhor deputado Mota Andrade e do Senhor Governador Civil de financiar a Unidade de Cuidados Continuados. Não vejo nada! Apenas a Saúde XXI é que irá financiar, são fundos comunitários. O Poder Central ainda não disse nada nem deu nada. Espero bem que venha a dar, senão não são pessoas de bem. É esta a situação que eu queria esclarecer. “ -----

No uso da palavra o Senhor Vice-Presidente, em resposta à intervenção do Senhor deputado José Luís Rodrigues, começou por dizer que o Senhor deputado Vítor Paiva tinha vários motivos para falar bem do executivo e do concelho, como aliás o fizera a propósito da Feira de Artes Ofícios e Sabores, concluindo que o Senhor deputado José Luís apenas se reportava à acta para evidenciar o que lhe interessava pois que o Senhor deputado Vítor Paiva elogiava (e está em acta) a intervenção televisiva do Senhor Presidente da Câmara por ocasião da Feira. ----- Relativamente à Maratona das Castanhas, “ já agora dizer-lhe uma coisa, eu gosto de ser frontal e não sei estar de outra forma! É que na Assembleia Geral dos Bombeiros de Dezembro, o Senhor Comandante dos Bombeiros disse peremptoriamente, que era falso que alguma vez lhe tivesse dito que a Câmara não queria apoiar e você disse aqui que tinha sido o Comandante dos Bombeiros. Portanto, eu não sei quem mente mas que há aqui mentira há, porque você diz que foi o Comandante, o Comandante diz que nunca o disse. Relativamente à proposta que faz de não pertencer a nenhuma lista sem pelo menos ter a residência fiscal no concelho, sei que nunca pertencerá a nenhuma lista minha! Mas poderia pertencer porque eu tenho o meu domicílio fiscal e a residência no Bilhete de Identidade no concelho de Vimioso. Depois, quanto à Unidade de Cuidados Continuados eu já sabia que o Senhor deputado vinha à baila com

isto e preveni-me. Vou ler-lhe, está aqui o Protocolo, e vou ler aqui a alínea d) do artigo dois do Protocolo, página quatro, que diz assim: “ARS do Norte a Região de Saúde de Bragança promovam a implementação da Rede de Cuidados Continuados integrados no menor espaço de tempo possível o que irá diminuir a procura de cuidados, quer nos centros de saúde, quer nos hospitais, quer no domicílio e proporcionar ganhos em saúde para os doentes e seus familiares ou cuidadores. “ É claro aqui que a ARS Norte e Sub-Região de Saúde de Bragança são quem promove a implementação da Rede de Cuidados Continuados. Ora, não podem promover sem fazer a obra, obviamente. Agora, quanto ao facto de o Estado vir a financiar as camas, os nossos impostos são exactamente para isso, era o que faltava cada um ter que estar ainda a pagar mais, já pagamos tanto, estamos tão sobrecarregados com impostos, era o que faltava o Estado demitir-se das suas responsabilidades. Toda a gente sabe o que se passou com a assinatura do protocolo aquando do encerramento do SAP. Diz o Senhor Presidente da Câmara que foi o Senhor Governador Civil, foi o Senhor deputado Mota Andrade e que foi o senhor ex-Ministro Correia de Campos que lhe prometeram que financiariam. É muito fácil um Contrato-Programa com o Ministério da Saúde, qual é o problema? Porque o Estado, e já disse na última reunião o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Avelanoso, o Estado não põe cá um cêntimo porque a Saúde XXI são Fundos Comunitários, não são do Estado são de todos nós, não são do Governo não está em PIDDAC, portanto o Governo que faça um Contrato-Programa com a Santa Casa da Misericórdia e que financie o restante, porque é que não o faz? Tem que o fazer porque o assumiu. “ -----

----- O Senhor deputado José Luís Rodrigues, na sua intervenção, respondeu ao Senhor Vice-Presidente, tendo referido: “Ainda bem, e você, sabe distinguir muito bem o que é promover, do que aqui escreveu. Você diz, aqui, que a responsabilidade do financiamento da participação nacional deve caber por inteiro ao Ministério da Saúde, disse-o você, está aqui escrito; é a sua opinião! Ora bem, a Saúde XXI tem a participação dos Fundos Europeus mas, também, tem a participação do Estado, a que está assegurada para já. E você aí tem razão, é a participação que vem dos Fundos. A do Estado não está negada, ainda. A única que temos, a garantia é essa. Referiu-se com um tom a querer dizer que o Protocolo tinha sido assina-

do por fecharem os serviços. Os serviços que vierem a ser remediados por esta unidade fecha noutra altura! Lembra-se quando? Quer que lhe lembre? Sabe quando foi? Não foi o Engenheiro José Sócrates que fechou o internamento do Centro de Saúde! “ -----

Para responder foi dada a palavra ao Senhor Vice-Presidente. Disse que a intervenção do Senhor deputado José Luís confirmava por inteiro aquilo que ele dissera anteriormente. Sublinhou que a comparticipação nacional da Unidade de Cuidados Continuados deveria ser assegurada da mesma forma que foi a do Centro Escolar ou seja, o Governo assumir esse valor mediante a celebração de um Contrato-Programa. Assim, a Santa Casa da Misericórdia e a Câmara Municipal estão disponíveis para colaborar, devem fazer força para que o Governo faça um Contrato-Programa que assegure a comparticipação nacional. -----

----- Ainda sobre esta temática, o Senhor Presidente da Câmara em resposta ao Senhor deputado José Luís, fez a seguinte intervenção: “ O que está em causa, não vamos andar aqui a tapar o sol com a peneira, é que, perante mim José Rodrigues, Presidente da Câmara Municipal de Vimioso, ao assinar o protocolo o Senhor Ministro Correia de Campos e o Senhor deputado se comprometeram a participar a Unidade de Cuidados Continuados. Até agora, nada fizeram e continuam a “chutar para canto” (desculpe o termo). Os Fundos Comunitários (Saúde XXI) nada têm a ver com o Poder Central. Deixe-me explicar: há uma candidatura, tal qual como nós fazemos aos Fundos Comunitários com a INTERREG. O que é que tem a ver o dinheiro do Governo com isso, você sabe o que são Fundos Comunitários? O nosso Pavilhão Multiusos foi construído com Fundos Comunitários, que nada tem a ver com dinheiro da Câmara, e com dinheiro do Estado através dum Contrato-Programa. Isso está bem, o Estado deu-nos porque era um Contrato-Programa, porque senão não íamos receber nada do Estado. É a mesma coisa com a Unidade de Cuidados Continuados: Saúde XXI, Fundos Comunitários; dinheiro da Misericórdia; dinheiro da Câmara se for necessário; e o do Estado também tem que vir. “ -----

----- O Senhor deputado Luís Diz apresentou o seguinte voto de pesar:

VOTO DE PESAR

“ No passado dia 16-01-2008, faleceu de acidente o Vimiosense José Manuel Marrão Afonso, empresário, investidor e residente no concelho de Vimioso. São pessoas como ele que Vimioso precisa, mas que infelizmente vão desaparecendo de forma mais dramática.

- Norberto Henrique Pereira Dias Pires, falecido de acidente de viação dia 18-12-2007, homem que fomentava amizades facilmente devido à sua maneira de ser e sempre disponível para o desenvolvimento das actividades desportivas, nomeadamente o Moto Clube “ Os Furões”.

Como funcionário e empresário, contribuiria para que Vimioso fosse mais conhecido e movimentado.

QUE DEUS OS TENHA EM BOM LUGAR

-Proponho pois, um voto de pesar por estes dois Vimiosenses.

Assembleia Municipal de Vimioso, 29 de Fevereiro de 2008

O Deputado da Assembleia.

Luís Ventura Diz “

----- Solicitou ainda que fosse feito um minuto de silêncio. Posto à votação, o Voto de Pesar foi aprovado por unanimidade. Fez-se um minuto de silêncio. ----

----- Foi dada a palavra ao Senhor deputado Acácio Fernandes que fez a seguinte intervenção:

«**Autarcas são limitados**”

Este é o título de um artigo de opinião, tornado notícia por ter honras de 1ª. Página e de página central, de um semanário informativo regional.

Trago-o aqui, porque o considero um atentado, um insulto e uma ofensa à dignidade e à dedicação dos autarcas livremente eleitos pelo povo que pisa a terra e não somente pelos escolhidos e ou nomeados anjinhos que não se sabe por onde andam. Como me sinto, permitam-me que deixe, aqui, o meu repúdio e a minha indignação. Passados alguns segundos de o ter lido, fiquei na dúvida se tinha lido o que li. Tornei a lê-lo e verifiquei que o tinha lido bem. Quero alertar para que, quando utilizar a palavra senhor, esta palavra é utilizada entre aspas porque de senhor há pouco na personagem que proferiu tais declarações, talvez por ser fruto do facilitismo que o novo riquismo por vezes

proporciona. Este senhor é investigador da área das Ciências Humanas do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Que nome tão pomposo! No País das fundações e dos institutos mais um não fará grande diferença. E quantos mais haverá que nós não conhecemos? Pois é, os tachos não podem acabar...

Passo a citar:

“Muitos dos autarcas que temos, infelizmente, são limitados. Têm competências limitadas. Não são pessoas internacionalizadas, não são pessoas viajadas, que tiveram sucesso no privado, ou uma boa carreira administrativa no sector público”. Fim de citação.

Eu pergunto: onde estamos? Para onde caminhamos? Vejam bem: “não são pessoas internacionalizadas, não são pessoas viajadas”, e esta hein! Este senhor não terá o cérebro afectado pela poluição do exibicionismo e do protagonismo? Talvez seja uma reencarnação alemã dos anos 40 do século passado, tanto é o elitismo patenteado, para não referir da triste célebre *raça pura*, quem sabe?!..

Então eu, no geral, para ser eleito Presidente da Câmara, Vereador, Membro da Assembleia Municipal, Presidente da Junta de Freguesia, Vogal da Junta de Freguesia, Membro da Assembleia de Freguesia, tenho que ser uma pessoa internacionalizada, tenho que ser uma pessoa viajada?!.. Então este senhor que é investigador, este senhor que, no tal instituto, coordena a equipa do Centro de Estudos de Investigação e Sociologia, que tem em mão vários projectos, encomendados por diferentes organismos, do Estado e não só, não sabe que, em Portugal, qualquer pessoa desde que seja cidadã portuguesa, maior de 18 anos, que tenha a escolaridade obrigatória e que esteja no pleno uso das suas faculdades mentais pode ser candidata à eleição para um cargo político? Um senhor investigador da corrupção?!.. Na massa cinzenta deste senhor certamente que o conceito de democracia não existe. Não será este senhor um exemplo exemplar do fruto das “novas oportunidades”?

Se calhar, foram investigadores como este que fizeram o estudo para a política de saúde aplicada nos últimos dois anos: política anti-democrática; política injusta, desastrosa e nefasta para os mais humildes a nível de recursos materiais; política economicista; política em que a saúde do cidadão em geral pouco importa; importam mais os números estatísticos favoráveis ao Poder

Central; política que quer abandonar de vez os infortunados a nível de saúde, como se não fossem seres humanos como os saudáveis; política que quer acabar com o direito natural à saúde. E o que dizer da nova ministra, nomeada há pouco tempo, que tem um processo de corrupção a decorrer em Tribunal?!.. Uma senhora, sob suspeitas de corrupção de três milhões e meio de euros, é nomeada ministra! Neste País, e com gente desta a governar, tudo é possível.

Então, não é que o actual Director Geral da Saúde deste País, na sua fútil pomposidade balofa, autêntico vendedor de vaidades, de seu apelido “George”, nome que me faz lembrar um célebre ultimato, tem a ousadia disparatada de admitir a possibilidade de proibir o uso de lareiras domésticas!... Este senhor que não diga que se demite, que tire o se e vá fazer companhia ao ex-ministro. Proíbem o nosso agricultor de fazer a sua aguardente de modo tradicional, proíbem o nosso agricultor de ter um dia de festa com a matança do seu porquito, proíbem isto, proíbem aquilo; será que democracia que acaba com os usos e tradições, que tira a liberdade aos cidadãos, é democracia? De onde veio este senhor? Da Lua? Na Lua andarás ele todos os dias. De Marte? Aspecto disso tem, mas de lá não veio, certamente. Onde vive este senhor? Que conhecimento tem este senhor do País real que lhe dá guarida? Pelos vistos, nenhum. Este senhor tem a ousadia de chamar mentiroso a quem não concorda com ele, quando, efectivamente, quem mente é ele! Este senhor não devia demitir-se, imediatamente, para bem dele e, sobretudo, do cidadão português em geral, do cargo que exerce, para o qual foi nomeado, e não eleito, e ser submetido a tratamento psicológico e ou psiquiátrico pago por ele próprio? Certamente que era um bem que fazia ao nosso País.

Toca a marchar, toca a marchar, funcionários administrativos toca a fardar!... é uma das novas medidas, ingenuamente colegial, de alguns ditos centros hospitalares e digo ditos porque de hospitais têm pouco ou nada. Serão novos tempos em que as Capelas, são mais importantes que as Catedrais? Ou será o retorno aos tristes velhos e não recordáveis tempos passados da “mocidade portuguesa” devidamente equipada e treinada, com suas fardas a brilhar ao sol, para receber a visita de Suas Exas., quais senhores feudais acompanhados do seu subserviente e faminto fausto, já que o Zé Povo não lhes ligava nenhuma? Esta maneira de actuação não será fundamentalismo, terrorismo ou pura ditadura? Se não é, o que será?

E que dizer das recentes declarações do actual Director Geral da Polícia Judiciária sobre a actuação de alguns elementos desta própria polícia sobre um mediatizado caso que todos conhecemos? E porquê sobre este caso e não outro? Será um acaso? O que pretende esconder este senhor? Quem pretende proteger e porquê? Não será pela actuação de senhores como este que a aplicação da justiça está como está? Que processos judiciais em curso, como os famosos “*Casa Pia*”, “*Apito Dourado*”, e outros não atam nem desatam? O que é que este senhor terá que fazer mais para ser demitido?

É triste viver num País em que a Lei é aplicada conforme a vontade de certos senhores: para uns é de uma maneira, para outros é de outra. Que conceito de justiça será este? Um País, que se diga democrático, não merece tais directores gerais, mas merece bastonários como o da Ordem dos Advogados. Assim, sim, é que é democracia, é assim que se defendem os direitos fundamentais do cidadão. Infelizmente há poucos.

Enfim ... Que confiança merecerão estes senhores do cidadão em geral? Nenhuma, nenhuma. Se estes senhores fossem para o deserto mais inóspito deste planeta e nunca mais voltassem era, certamente, o melhor favor que fariam a este País. Se calhar são senhores como estes que estão a preparar a reforma administrativa, há-de ser bonita! Se calhar é gente desta que está a impedir a construção da Estrada Vimioso-Outeiro; se calhar são licenciaturas destas que estão a criar obstáculos à construção da mini-hídrica no rio Angueira em Algosó, à construção de parques eólicos e de barragens, quando apregoam aos quatro ventos que se deve apostar nas energias renováveis. A natureza existe para o homem se servir dela e não ela dele. Que credibilidade merecem estes senhores? Porque será que senhores como estes, os supostos *chicos* espertos, não se candidatam às eleições dos órgãos autárquicos? Pois é: é mais fácil e mais seguro serem nomeados, serem escolhidos. Pois é, é fácil suceder ao Rei, basta ser o filho mais velho.

Continuo a citar:

“Agora não podemos é, um indivíduo que não tem carreira de sucesso no privado, nem tem carreira de sucesso na administração pública, nem tem competências literárias, continuar a achar que de uma má giesta possa sair um bom coelho”. Fim de citação.

Por este pensar, e quando é necessária experiência para isto, experiência para aquilo, um jovem à procura do 1º emprego nunca o vai conseguir simplesmente porque não tem experiência nenhuma, a não ser que seja filho dos tais tubarões de água doce ou dos tais abutres humanos para o qual é fácil arranjar a cunha que lhe garanta, sem mais, o emprego.

Infelizmente, são muitos destes senhores que não conhecem as estevas, as cebolas, as beterrabas, mas que conhecem outras coisitas; infelizmente são muitos destes meninos-bem, muitos destes chus-chus, muitos destes jus-jus que estão à frente de instituições públicas e, inclusivamente, a governar ou a desgovernar este País. Não será, também, por isto que o nosso Portugal está como está? Temos que estar atentos à actuação destes iluminados porque à sombra do socialismo, com maioria, também florescem autênticos ditadores. Exemplos actuais assim no-lo demonstram.

“ Nós queremos estradas, luz e “auga” e escola prós nossos filhos”: no tempo da Velha Senhora, era este o pedido das nossas gentes a Suas Excelências de Lisboa quando visitavam as nossas aldeias. Agora o que queremos? Que nos abandonem? Que nos pisem? Não, nunca, jamais.

Mas que obrigação temos nós, cidadãos anónimos, de continuar a eleger “bobos da corte” para nos representarem na Assembleia da República? Nenhuma, *penso eu de que...* Muitos destes senhores não desempenhariam melhor o papel de figurantes nas telenovelas à portuguesa? Com gente desta não admira que haja quem mande calar os outros, como é o exemplo do deposto rei republicano português, que do alto do seu virtual pedestal, mandou calar e ameaçou de expulsão um participante numa conferência que estava a ser realizada na Fundação de seu nome. Esta atitude poderá ser exemplo para muita coisa, menos de democracia. Quem tem pés de barro não deve andar à chuva, digo eu.

**O VERDADEIRO TRANSMONTANO NUNCA DESISTE, É PERSISTENTE
CONTINUEMOS A LUTAR PORQUE AINDA ESTAMOS CÁ.»**

----- Usou da palavra o Senhor deputado Vítor Paiva. Disse: “Sou forçado a começar pelo fim, em primeiro lugar felicitar Vossa Excelência Senhor deputado Acácio pela sua intervenção, foi uma intervenção de fundo de quem sente o

que se está a passar neste País Vossa Excelência falou no genérico no Portugal inteiro, que há bocado fui acusado de falar no Portugal inteiro e ainda bem que da bancada do Partido Socialista vem alguém falar do Portugal inteiro o que me dá razão em eu falar no Portugal inteiro. E falo porquê? Vossa Excelência fê-lo porque Vimioso faz parte do Portugal inteiro e temos de começar por aí, para, depois do todo ir à parte, nessa parte que tanto me custa falar nela, custa-me porque procuro ser um cidadão atento, não é inteligente nem saber tudo, mas estar atento. E Senhor deputado (dirigindo-se ao Senhor deputado José Luís), eu posso-lhe dizer que uma das coisas que me feriu, que li há quinze dias, foi dizer que o Nordeste Transmontano perdeu o seu poder de compra em trinta e três por cento nos últimos cinco anos. Com certeza Senhor deputado, Vossa Excelência sentiu isso no seu bolso e na sua carteira ao educar os seus filhos, ao transportar ao comprar as coisas que não possui da sua horta, e que ainda tem a possibilidade de possuir da sua horta. Em Lisboa, ninguém quer a regionalização. Fiz parte de um Fórum em que me vi aflito para convencer as pessoas de que Lisboa e Vale do Tejo têm um nível de possibilidade de euro a nível europeu, a nível de Bruxelas, a nível de Paris. Nós, aqui em cima, que nível temos? E porque é que o não temos? Porque todo o dinheiro que vem dos Fundos Comunitários fica sempre algum em Lisboa. Eu não fiz a pergunta ao Senhor Presidente; como está a estrada para Outeiro, já há solução ou continuamos aqui encravados dois ou três concelhos? Até quando? Até quando a macrocefalia de Lisboa? Meus senhores, eu a falar no global falo nesta parte, porque aqui dói-me, dói-me muito mais e talvez doa mais a mim que venho cá poucas vezes do que a quem cá vive, porque se habitua, cria o hábito e eu não crio hábito. Quanto aos elogios, eu não sou homem de dar muitos elogios, eu sou homem de chamar à atenção, de gostar de intervenções, de gostar do que se faz porque entendo que quando as pessoas assumem determinadas posições tem obrigação de desempenhar a função para que foram eleitos, porque não estiveram à espera de nada, mas estiveram à espera de promessas porque fizeram promessas e estiveram sempre à espera de as cumprir, e, depois, quando eles vão além das promessas que fizeram e as estão a cumprir e estão a cumprir mais, aí sim, a gente pode dizer, sim senhor, o senhor foi mais além do que aquilo que prometeu. Quanto ao restante, penso que estamos sempre de acordo quanto à natureza desta terra ao ver o verde

desta terra que é o que mais nos encanta e aí nós estamos sempre de acordo, sempre para proteger a natureza de Vimioso. Gostava de lembrar aos Senhores Presidentes de Junta, já falamos nisso particularmente, fazermos a Rota do Contrabando. Eu gostava de ver a Rota do Contrabando a partir de Avelanoso, a partir de Angueira a partir de Pinelo. “ -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Campo de Víboras, Domingos Pimentel, na sequência da alusão às tradições por parte do Senhor deputado Acácio Fernandes referiu que: “ fiz um Turismo Rural, como vocês sabem, há uns anos e na altura a chave fundamental do Turismo Rural era a fixação das pessoas e manter as tradições. Acontece, realmente, que desta maneira não é possível manter as tradições; pois não podemos vender batatas das nossas, têm que ser do supermercado certificadas. Será que são as melhores? As cebolas, os tomates, o azeite, por aí fora. Acho que não, não é por causa da saúde que é proibido fazê-lo. A matança do porco já era proibida há cinquenta anos e esse senhor, que era ditador, nunca proibiu ninguém. A matança do Touro em Barrancos, a mesma coisa. Portanto, se continuamos assim e se não fizermos nada, as tradições acabam-se e não vale a pena investirmos nestas regiões. Se for possível fazer alguma coisa, era óptimo através da Câmara ou da Assembleia. “ -----

----- Solicitou e foi autorizado a intervir o Senhor deputado José Luís Rodrigues. Disse: “ Eu sinto-me na obrigação de lhe responder Senhor deputado Vítor Paiva e a mesma crítica que fiz a si faço-a ao Senhor deputado Acácio. Nós estamos aqui numa Assembleia Municipal para resolvermos os problemas daqui do concelho para darmos orientações aqui, à Câmara Municipal. É certo que eu também sinto, também cai sobre mim, e se calhar cai mais sobre mim do que sobre si. Estas medidas, se calhar, eu sinto-as mais e qualquer um de nós que está aqui porque nós até estamos cá e vivemo-las. O Senhor deputado Vítor está no Porto, em que não sofre tanto essas consequências, não perdeu o poder de compra como disse. Eu confio em si e nesses dados estatísticos mas o Senhor deputado Vítor no Porto não perdeu, nós, aqui que vivemos cá, perdemos. Nós sentimo-lo mais, por isso é que eu digo; nós é que temos que nos organizar e que ajudar a Câmara a fazer. A minha postura, a minha crítica nunca foi crítica pela crítica é crítica para melhorar e sinto-me satisfeito, tive o prazer de lhe dizer que estava satisfeítíssimo pela forma eleva-

da da acta; as actas que são elaboradas aqui em Vimioso não ficam aquém de uma acta elaborada, se calhar, na Assembleia da República. Agora, o vosso discurso cabe bem a nível de uma Assembleia da República. Vão lá um dia e façam-se ouvir. Relativamente ao Senhor deputado Acácio, quando referiu a questão da aguardente e do porco, há quantos anos essa legislação existe? Agora Senhor deputado, eu sei que está insatisfeito, está revoltado e algumas das afirmações que aqui fez, e do raciocínio que desenvolveu tem a sua razão. Mas as destilarias estão proibidas há muito tempo, a matança do porco está proibida há muitos anos. Nós temos coisas com que nos debruçar. Louvo-lhe essa ideia da Rota do Contrabando como outras, temos hoje aqui em mãos um assunto o Parque de Natureza, ainda bem que alguém veio lembrar-se daquilo que há muito tempo nós já defendíamos. “ -----

----- Interveio o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Angueira, Vítor Pires. Louvou o trabalho realizado pela Câmara em Serapicos respeitante ao aproveitamento hídrico. Questionou o Senhor Presidente da Câmara relativamente ao pedido da Junta de Freguesia de Angueira, da comparticipação das obras do salão e da instalação da antena retransmissora de televisão. Lembrou que já fizera o pedido em Assembleias anteriores questionando, de novo, se o financiamento seria ou não efectuado. Referiu que solicitara ao Senhor Vice-Presidente, a atribuição de manilhas para o arranjo de caminhos, questionando qual era o ponto da situação pois que até ao momento, não tinha tido qualquer informação. Referiu-se, ainda, às intervenções proferidas no decorrer da Assembleia. Disse partilhar da ideia do Senhor deputado José Luís Rodrigues, considerando, igualmente, que a Assembleia se devia preocupar com os problemas no concelho e não com assuntos genéricos, de índole nacional, pois que, estes tinham locais próprios para serem debatidos. -----

----- Para responder foi dada a palavra ao Senhor Vice-Presidente. Congratulou-se com o facto do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Angueira, Vítor Pires, o considerar bem o trabalho realizado em Serapicos. Considerou que a retenção/aproveitamento da água permitia não só o regadio, bem como o combate a incêndios. Informou que foi o levantamento realizado pelo Técnico Florestal, a persistência do Senhor Presidente da Câmara e do representante da Junta de Vale de Frades em Serapicos que tornaram possível tal obra.

Quanto ao pedido de financiamento para o salão e antena, referiu que o mesmo seria reequacionado e logo que houvesse possibilidade seria atribuído. Relativamente às manilhas solicitadas, informou que, sempre que há pedidos nesse sentido, é pedido aos técnicos para avaliarem os mesmos, tendo exemplificado com uma situação análoga na freguesia de Campo de Víboras, concluindo que, logo que possível, seria avaliado o pedido em questão. Finalmente, em relação ao facto de o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Angueira ter referido que esta Assembleia não é o local próprio para discutir assuntos de cariz mais nacional, defendeu uma posição contrária, considerando que a Assembleia Municipal é justamente o lugar próprio para discutir e debater todos os assuntos da política nacional e local. Exemplificou com a estrada Vimioso-Outeiro, tendo informado que foram enviadas duas cartas registadas ao Senhor Primeiro-Ministro a solicitar informação, sem que, até à data, tivessem tido qualquer resposta. Neste sentido, defendeu que esta Assembleia devia, como já o fizera, tomar medidas (Ex: moções) na defesa dessa obra fundamental ao desenvolvimento do concelho. Sublinhou que não faz qualquer sentido tratar, isoladamente, os problemas locais sem os interligar com os problemas nacionais, rejeitando todo e qualquer tipo de isolamento, que só seria prejudicial atendendo à necessidade de tratar dos assuntos de uma forma global. Defendeu que todas as intervenções que se fazem, na Assembleia, ainda que da responsabilidade de quem as profere, têm todas pertinência e portanto são todas importantes, independentemente de quem as faz e dos pontos de vista que se defendem. Sublinhou que, se as intervenções que se têm feito são mais calorosas e de crítica, mais acesa relativamente à política nacional, é porque as coisas não estão bem e há motivos para descontentamento e manifestações das pessoas. Recordou, a este propósito, que o nosso concelho, sendo eminentemente rural, está a ser altamente lesado pelo facto de não existirem regulamentos e portanto candidaturas aos programas agrícolas do QREN, donde, está tudo parado. Exemplificou ainda com o facto de, para candidaturas ao QREN com prazo até vinte e um de Março, ainda não estarem disponíveis os formulários de candidaturas, situação que gera algum mau estar uma vez que ninguém sabe muito bem o que fazer. Continuou, dizendo que a NUT de Trás-os-Montes está a preparar documentos para contratualização com a CCDRN e que as indicações para a elaboração dos mes-

mos têm sido alteradas no decorrer desse trabalho. Concluiu colocando a seguinte questão: Afinal onde é que nós estamos? Que País é este? Certamente, estamos naquele “ País de iluminados” ao qual o Senhor deputado Acácio se referiu, só pode ser nesse, no daqueles que não conhecem o País, pois que, se o conhecessem actuariam de outra forma não prejudicando quem quer trabalhar e as regiões que têm necessidade de se desenvolverem sendo que, os Fundos Comunitários que, por direito são das regiões e não do Governo, são fundamentais. -----No uso da palavra o Senhor deputado Luís Diz felicitou o Senhor deputado Acácio Fernandes pela sua intervenção. Contrariamente à posição do Senhor deputado José Luís e do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Angueira, Vítor Pires, considerou que a Assembleia Municipal é o local por excelência para discutir os problemas locais e nacionais, a exemplo do que defendera o Senhor Vice-Presidente. Sugeriu mesmo a todos os elementos da Assembleia para se juntarem à Câmara Municipal (Presidente e Vice-Presidente) no sentido de se dirigirem a Lisboa ao Senhor Primeiro-Ministro Sócrates e dizer-lhe “ pegue lá Vimioso, faça de Vimioso o que quiser, e se entender, entregue-nos aos espanhóis”. -----

----- Interveio o Senhor deputado José Luís para referir que, nas suas anteriores intervenções, ou não se tinha feito entender ou então as pessoas queriam e estavam a desviar o assunto. Sublinhou que, também, se preocupava com a política nacional, concordando com umas medidas e discordando de outras, não abdicando do seu direito a intervir e a votar. Contudo, reforçou que, em primeiro lugar, a preocupação deveria ser a resolução dos problemas locais pedindo que “vejam o argueiro no vosso olho, e vêem melhor o argueiro no olho do outro do que a trave no nosso”. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Angueira, Vítor Pires. Concordou com a posição do Senhor deputado José Luís, referindo que “nós estamos aqui para discutir os problemas que interessam ao concelho de Vimioso. Quem é que nos ouve a nós? O que estamos aqui a dizer, as actas que nós fazemos, algum dos deputados da Assembleia da República ou algum membro do Governo agarra as nossas actas e lê. A intervenção que fez o deputado Acácio na Assembleia Municipal de Vimioso, interessa a alguém isso? Interessa-nos a nós todos, evidentemente que nos interessa. Interessa-nos mais discutir o Parque que temos para discutir hoje e

os estatutos entre a Câmara Municipal de Vimioso e a de Miranda do Douro do que os problemas nacionais. A verdade é esta. O resto também nos interessa, mas interessa-nos mais discutir se em Avelanoso se vai fazer uma charca, se em Santulhão se vai fazer uma charca, se faz um arruamento novo em Serapicos, se faz um arruamento em S. Joanico. Isto é o que nos interessa a nós, o resto evidentemente que nos interessa, que votamos, mas os problemas do concelho estão em primeiro lugar para esta Assembleia. “ -----

----- Ainda relacionado com esta temática, o Senhor deputado Aníbal do Rosário, na sua intervenção referiu que: “Não podemos discutir os nossos problemas sabendo que em cima está um tirano para nos castigar! Vejamos: não vamos discutir o problema da educação, hoje em dia, tão premente é na nossa escola? Não vamos discutir o problema dos agricultores que se queixam, por todos os cantos, que não lhe pagaram os subsídios de dois mil e sete a que tinham direito e se candidataram? Não vamos discutir os problemas do nosso Presidente e as angústias que tem tido na estrada que vai de Vimioso a Bragança e que tão necessária é? Esses é que são os problemas de fundo. Agora, mais estrada menos estrada, mais poço menos poço, isso vão surgindo eles por mero acaso, vão surgindo e vamos dar os parabéns à Câmara porque tem feito obra nesse sentido, temos que dar os parabéns, não vamos só dar os parabéns a quem não merece. O executivo merece: fez-se a charca em Santulhão, é de parabéns e as pessoas de Santulhão estão muito satisfeitas com isso. Fez-se a charca em Serapicos e as pessoas de Serapicos estão contentes, vamos dar os parabéns por isso. Dirigindo-se ao Senhor deputado José Luís, referiu: “ Então só criticamos a Câmara? Nós devemos apoiá-la? Estava eu a dizer que não vamos criticar a atitude que o Governo Central tem feito no nosso concelho? Fecha escolas aqui, fecha postos da GNR, fecha isto fecha aquilo numa política do fecha tudo, sabendo que houve muitos esforços e muita boa gente dos nossos antepassados no início do Estado Novo, que fizeram e trabalharam para que essas coisas se abrissem, nomeadamente o hospital e agora fecha-se tudo! Então isso não é de reclamar? As pessoas que queremos, ainda por teimosia viver por aqui, os nossos filhos, infelizmente, já não podem ficar cá tem de ir para o litoral para arranjar sobrevivência, temos que ver isso, isto é que é a nossa realidade. Nós até devemos discutir os problemas europeus. Hoje em dia, a globali-

zação chegou até nós e não é só por fazerem asneiras às vezes em Bruxelas porque, até na imprensa, agora estão a surgir algumas. Nós devemos reclamar, nós somos tão cidadãos como eles para reclamar. Relativamente ao que disse o Senhor deputado Acácio, acho justo que se fale neste sítio, às vezes no café é mais prejudicial que aqui, mas é aqui, neste sítio por excelência, que se devem tratar os assuntos do nosso concelho e até do nosso País e eu concordo que, realmente, estes assuntos venham para aqui e que estas políticas de soalheiro que, às vezes, se fazem no café dizendo asneiras porque não é verdade o que se lá diz de parte a parte. Tenho contactado às vezes, com pessoas de fora, e dizem assim: “ Olhe, na Assembleia, diz que se tratou este assunto e dizem precisamente o contrário de como foi tratado. Isso é que está mal, nós devemos tratá-lo aqui e com verdade, transmitir às pessoas os assuntos que aqui se trataram. “ -----

----- **Ponto Três) – PERÍODO DA ORDEM DO DIA.** -----

----- **Ponto Três Ponto Um) – Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara relativa à Actividade Municipal.** -----

----- Uma vez que todos os membros da Assembleia estavam na posse da informação escrita (enviada antecipadamente) o Senhor Presidente da Assembleia dispensou a leitura por parte do Senhor Presidente da Câmara e questionou a Assembleia se havia inscrições para intervenções/pedidos de esclarecimentos, não se tendo registado nenhuma. -----

----- **Ponto Três Ponto Dois) – Apreciação e Votação do Projecto de Pacto Social para Constituição de Sociedade “ Parque Ibérico Natureza e Aventura – VIIP de Vimioso, Lda.** -----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Vice-Presidente para apresentar este ponto. Começou por referir que na sequência da ideia da Quinta Biológica (ligação do Parque de Campismo às Piscinas) e da apresentação da mesma a algumas empresas, particulares e associações, se concluiu que se podia alargar o conceito para um Parque da Natureza, sendo que, a melhor localização para o efeito seria a bacia do Rio Angueira entre S. Joanico, Serapicos e Angueira. ----

----- No sentido de dar corpo a este projecto, em reuniões de câmara, foram lançados os concursos para definição do conceito (concluído e aprovado), estudo da fauna e flora (já entregue para aprovação) e levantamento do património construído (em curso).

O Parque Ibérico de Turismo Natureza e Aventura tem os seguintes objectivos: componente humana: valorização das actividades tradicionais, motivando as pessoas a manterem e intensificarem as actividades ligadas ao mundo rural que se praticavam e que se praticam; valorização dos produtos locais; - componente ambiental: valorização dos recursos naturais, sua defesa e promoção numa perspectiva de educação ambiental; - turismo e lazer; organização de actividades de lazer e turismo, no sentido de atrair visitantes ao parque por forma a torná-lo sustentável; - Património: recuperação de edifícios para diversos fins e intervenções urbanísticas. Referiu que o projecto tinha sido apresentado na CCDRN, tendo sido muito elogiado e, portanto com condições para poder ser concretizado. Continuou, dizendo que o projecto já fora apresentado em Serapicos e S. Joanico uma vez que será entre essas duas aldeias que, numa primeira fase, haverá maior intervenção. Justificou o facto de não ter sido apresentado em Angueira porque não haverá intervenções significativas, nesta primeira fase, donde, não seria correcto estar a criar expectativas na população. Informou que já se estão a adquirir alguns terrenos sendo que, é o Senhor Presidente da Câmara que o está a fazer. Sublinhou que a implementação do Parque será feita em terrenos a adquirir, em terrenos das juntas de freguesia e em terrenos a arrendar, sublinhando que nunca seria feito nada contra as pessoas, pelo contrário, o objectivo é fazer com que as populações integrem e colaborem com a concretização do Projecto. Quanto à constituição da Sociedade, referiu que o sucesso da implementação e gestão do Parque serão tanto maiores quanto mais profissionalizado for e direccionado for o trabalho, donde a Câmara Municipal, por si só, não está vocacionada para este tipo de actividade. Sublinhou que cinquenta por cento da Sociedade pertencerá à Câmara Municipal, quatro por cento às Juntas de Freguesia de Angueira, Vale de Frades, Avelanoso e Vimioso, respectivamente, e quarenta e seis por cento a uma empresa privada, TOMELO, com sede no concelho e responsável pelos estudos já efectuados. Informou que a integração de Vimioso na Sociedade resulta da possibilidade da Junta de Freguesia poder vir a trocar terrenos seus em Vimioso por terrenos de particulares junto ao Rio Angueira em S. Joanico. Referiu que a viabilizar-se essa troca, seria muito benéfica para a freguesia de Vimioso, como aliás o Senhor Presidente da Junta, Manuel Miranda, poderia confirmar, pois que, é bem conhecedor da

situação. Para além desta empresa privada, estão previstos protocolos com as associações AEPGA e ALDEIA as quais têm colaborado com a Câmara Municipal na realização de outros projectos/actividades que têm vindo a realizar-se no concelho e cujo mérito tem sido por todos reconhecido. Quanto aos objectivos e actividades a desenvolver pela Sociedade, reportou para o respectivo regulamento. ----- O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, mostrou grande esperança neste projecto, acreditando que, para além da empresa TOMELO, outros particulares, por exemplo a Banca, e empresários do concelho possam vir a participar na Sociedade o que a valorizaria e lhe daria outra capacidade de realização. -----

----- Inteveio o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Angueira. Considerou que a percentagem das Juntas de Freguesia no capital da empresa (1% cada) era muito reduzido. Considerou importante a valorização dos terrenos baldios e, portanto, o papel importante que poderão ter as Juntas de Compartes neste processo. -----

No uso da palavra o Senhor Vice-Presidente referiu que o Parque tem como grande objectivo a valorização das freguesias onde ele será implantado. Referiu que a Sociedade a criar pretende ter lucros e que a existirem, como se espera, eles serão também para as freguesias, podendo a Câmara, numa fase posterior, vender parte da sua participação às Juntas de Freguesia, considerando que, inicialmente, só a Câmara é que dispõe de condições para liderar o processo, quer financeiras quer logísticas. -----

O Senhor deputado Luís Diz interveio para felicitar a Câmara pelo projecto do Parque, considerando-o como o “motor de arranque” para pôr o concelho a trabalhar. Recordou que ele próprio fizera parte da TURVIMIOSO, há anos atrás, e cujos objectivos, infelizmente, não tinham sido atingidos. Informou que, já nessa ocasião, Angueira fora considerada uma freguesia com património de excelência para fins turísticos. Referiu que o projecto devia ser apoiado e aberta a participação aos particulares mostrando, ele próprio, disponibilidade para ser sócio. -----

O Senhor deputado Aníbal do Rosário, no uso da palavra, referiu que “ Era um projecto em que, realmente, podemos dar os parabéns pela iniciativa à Câmara Municipal. Parece-me, tanto quanto eu vi e li os estatutos, que é um projecto

estruturante e que, eventualmente, poderá ser sustentável no nosso concelho. Isso é muito importante, assim como a mini-hídrica também é de louvar porque, de facto, é um projecto, a meu ver, estruturante. Só tenho pena não se projectarem mais, é a crítica que faço à Câmara, é que, além da de Algosó, deveria haver mais. Espero bem que as entidades ambientalistas e outras no género não inventem agora um rato, ou uma cobra ou uma raposa de rabo curto. Espero bem que para esta Sociedade, para este projecto, funcione o simplex porque a burocratização já nós estamos fartos dela. Relativamente aos terrenos locais, eu não percebi muito bem porque não conheço muito bem geograficamente ali a zona, são terrenos fundos agricolamente ou são pobres? Se são terrenos fundos ou bons, como nós costumamos dizer, poderá haver mais problemas perante a cedência das pessoas, nem que seja na venda, há pessoas que não trocam, não dão e não vendem e há outros terrenos, sendo pobres, que até os cedem com mais facilidade e poderá levantar-se esse problema. “ -----

----- Usou da palavra o Senhor deputado Vítor Paiva. Referiu que, “ Em relação ao problema das Juntas de Freguesia ficarem com um, dois, três por cento e depois terem de vender por falta de dinheiro, era fácil, numa Assembleia Municipal adquirem as acções que tiverem de adquirir e essas acções ficam com o ónus de não poder ser alienadas a não ser a outra Junta de Freguesia ou à Câmara de Vimioso. Isso faria parte de uma acta interna e, sob o ponto de vista jurídico, está o assunto resolvido. Queria só fazer aqui duas perguntas: “ Esta sociedade é uma sociedade de quotas limitada; isto é o embrião para uma Sociedade aberta por acções para qualquer cidadão comum possa entrar nesta sociedade, ou é para ficar aqui e estagnar como a Turvimioso que está morta, já está encerrada? “ Se é como embrião para aquele futuro que eu digo, sociedade por acções e sociedade aberta à comunidade não só restrita, evidente que a Câmara devia ter, falou-se aqui em cinquenta eu sou mais rigoroso ia para os cinquenta e um. Assim põem e dispõem como quer, a não ser, mais tarde, quando houver uma evolução e queira passar tudo isto aos privados e a Câmara deixa de ter interesse nisso. Não há que ter medo na sociedade, quando se vai para uma sociedade quando se compra uma quota quando se compram acções, o indivíduo vai para o jogo das acções, tanto dá para torto como dá para ganhar dinheiro e eu estou

convicto de que aqui em Vimioso, uma sociedade destas tem de dar dinheiro e se não der dinheiro o País está morto. Se nós não conseguirmos desenvolver aqui um turismo capaz de desenvolver esta região o País fica morto. A Câmara pensa que isto é o embrião de uma sociedade que pode vir a ser uma sociedade aberta por acções e uma sociedade aberta a toda a comunidade este é que é o fundamental. “ -----

----- Respondeu ao Senhor deputado Vítor Paiva o Senhor Vice-Presidente, dizendo que, “ Nós queremos constituir a sociedade e queremos começar a trabalhar. “O que a Assembleia vier a considerar que seja o melhor far-se-à. Neste momento, temos que pôr isto a andar e acreditamos que esta é a forma de começar. Também não podemos pensar que isto vai ser a galinha dos ovos de ouro para toda a gente, até porque temos que preservar o ambiente, senão não se faz nada. Portanto, não é trazendo um turismo de massas que nós resolvemos o problema. Queremos é potenciar aquela zona porque nos dizem que tem características de excelência para este projecto que acaba por ir muito para além do projecto que tínhamos inicialmente da Quinta Biológica, vai muito para lá disso, tem outras vertentes. Agora, no futuro, oxalá que essa questão que agora está a colocar possa vir daqui a três quatro anos a ser discutida. “ ---

----- Interveio o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Angueira, Vítor Pires, para esclarecer que, na sua opinião, a Sociedade Gestora do Parque não iria, obviamente comprar todos os terrenos, até porque o seu objectivo é gerir o espaço onde os proprietários continuarão a exercer as actividades que sempre exerceram, a exemplo do que acontece no Parque de Montesinho e Douro Internacional. -----

----- No uso da palavra o Senhor deputado José Luís disse concordar plenamente com a exposição do Senhor Vice-Presidente. No entanto, discordou da justificação dada para a integração de Vimioso na sociedade referindo que “ os fins não justificam os meios” e que, tomando a justificação apresentada, qualquer freguesia poderia ser integrada na sociedade. Ressalvou que só teria sentido essa justificação se, de facto, estivessem esgotadas todas as outras possibilidades de adquirir os terrenos em causa. Concordou, ainda, com a afirmação do Senhor Vice-Presidente a respeito do facto de o território para instalação do Parque não poder ser alterado, antes pelo contrário preservado. Referiu que conhecia bem o território e que será o

primeiro a denunciar qualquer ameaça de que possa ser alvo. Informou, a propósito de preservação e recuperação do património que, dado que, no termo de Avelanoso até S. Martinho de Angueira, existem cerca de seis moinhos, alguns dos quais deixaram de moer há pouco tempo, dever-se-iam fazer aí intervenções. Quanto às características dos terrenos, e em resposta à intervenção do Senhor deputado Aníbal do Rosário, informou que os terrenos desde S. Joanico a Angueira (à beira do rio) são todos produtivos, justificando que era esse facto que o levava, desde sempre, a defender que as obras para retenção de água deveriam ser feitas sempre a montante desta zona, sem prejuízo das que foram realizadas a jusante. Referiu-se ao artigo quarto dos estatutos da sociedade, para dizer que se as prestações suplementares a exigir aos sócios são de montante até mil euros, poderia ter sido atribuída maior percentagem, na sociedade, às Juntas de Freguesia, embora mostrasse total concordância com o facto de a maioria do capital ser público. Referiu, ainda, que o Parque imporia algumas condições designadamente a nível cinegético, contudo, foi de opinião de que, na área do Parque, a caça deveria ser interdita até porque os benefícios do Parque são maiores do que os da caça. -----

----- Respondeu o Senhor Presidente da Câmara sublinhando que, na sequência do que dissera o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Angueira, a Sociedade Gestora do Parque apresentava-se como um processo aberto, referindo que, com o tempo e em função da evolução das coisas, seria sempre possível ajustar as decisões às necessidades, designadamente o valor das prestações suplementares. -----

----- Novamente no uso da palavra, o Senhor deputado José Luís referiu que votaria sempre a favor do Parque e da sociedade gestora do mesmo, informando que ele próprio pretendia vir a tornar-se sócio. No entanto, sublinhou que as questões que colocou eram no sentido de esclarecer alguma dúvida e de evitar situações menos desejáveis no futuro. -----

----- Usou da palavra o Senhor deputado Acácio Fernandes. Referiu que “concordo com este projecto e também quero dar os parabéns à Câmara pela ideia que eu considero feliz. Mas, espero que este Parque não se assemelhe em nada aos parques ditos naturais que por aí proliferam em que os donos das propriedades só o são para pagar impostos. “ -----

----- Solicitou e foi autorizado a intervir o Senhor Vereador Jorge Fernandes.

Referiu que, tal como dissera o Senhor Vice-Presidente, as candidaturas ao novo Quadro Comunitário de Apoio, no domínio agrícola, ainda não estavam no terreno como deveria acontecer. Foi da opinião que as confederações dos agricultores, (ex. CONFAGRIS, CAPS e CNAS) tinham um papel importante nas reivindicações a fazer ao Governo, por forma a que as candidaturas pudessem ser já possíveis. Discordou da intervenção do Senhor deputado Acácio Fernandes, dizendo, mesmo, que não era verdade que os proprietários, nos Parques, fossem prejudicados, até porque existem medidas agro-ambientais exclusivamente dirigidas aos Parques Naturais, ou seja, para além das ajudas ditas normais, os terrenos localizados nos Parques Naturais são majorados em percentagens significativas. Foi da opinião que o mesmo poderia vir a acontecer com os terrenos a inserir no Parque que se pretende criar, considerando que a Câmara e as Juntas de Freguesia deveriam tudo fazer para que tal fosse possível, ou seja, majorar os terrenos e com isso os agricultores veriam as suas ajudas aumentadas. -----

----- Respondeu o Senhor deputado Acácio dizendo: “ Eu já não sei o que é a verdade e o que é a mentira porque são conceitos muito relativos. Mas gostaria que me dissessem: tenho uma propriedade que tem vinte carrascos, não tenho lenha para queimar, ou seja, preciso deles. Não mos deixam queimar. Então afinal, de quem é a propriedade? É minha ou de quem é? “ -----

----- Não tendo havido mais intervenções, este ponto foi, pelo Senhor Presidente da Assembleia, colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade e em minuta. -----

----- **Ponto Três Ponto Três) – Apreciação e Votação da Proposta dos Estatutos da Associação de Municípios do Planalto Mirandês.** -----

----- Pelo Senhor Vice-Presidente, foi introduzido este ponto da ordem de trabalhos. Começou por referir que o objectivo fundamental da criação da Associação de Municípios entre Vimioso e Miranda do Douro é o de lançar conjuntamente, um concurso público internacional de concessão da água e águas residuais, concurso que, no seu caderno de encargos e programa de concurso, contemple todas as acções relativas ao abastecimento de água (desde a captação à facturação) recolha e tratamento de águas residuais. A criação da Associação mais não é do que seguir uma recomendação da Associação Nacional de Municípios. Inicialmente, o processo até foi liderado

por Mogadouro, no entanto devido à dificuldade deste município em se desvincular das Águas de Trás-os-Montes, passaram os Municípios de Miranda e Vimioso a liderar e a executá-lo, criando a Associação de Municípios do Planalto Mirandês de fins específicos, como aliás consta dos estatutos agora propostos. Continuou, dizendo que, em breve, sairá nova legislação a regulamentar a problemática da água, que os interesses do município e portanto das populações serão salvaguardados. Concluiu, dizendo que o facto de nos associarmos a Miranda do Douro decorre da necessidade de dar escala à concessão, garantindo, assim, uma maior certeza, ainda que não absoluta, de que haverá opositores ao concurso a ser lançado. -----

----- No uso da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Angueira colocou algumas questões: Uma vez que foi noticiado que a água de Vimioso é de excelente qualidade, ao contrário da de Miranda do Douro, o que vai acontecer com o contrato que a Câmara tem com a empresa responsável pelo tratamento da água e águas residuais? Dado que os estatutos propostos contemplam fins a nível dos recursos naturais e agrários, está-se a pensar no matadouro intermunicipal, na sequência da afirmação do Senhor Presidente da Câmara de Miranda do Douro em que, o matadouro ficaria em Miranda suportando este município a comparticipação nacional? -----

----- Respondeu o Senhor Vice-Presidente. Relativamente à primeira questão colocada, referiu que, neste momento, na sequência do concurso, é a AGS quem detém a concessão do tratamento de água para consumo humano e águas residuais. Ora, um novo concurso teria que, obrigatoriamente, contemplar o contrato em vigor com a AGS, pelo menos durante o período de vigência do mesmo. Quanto à segunda questão, informou que a Câmara de Vimioso sempre foi favorável à construção do novo matadouro e, se existe algum diferendo, é entre Miranda do Douro e Mogadouro, quanto à sua localização, defendendo que, se o matadouro já existe em Miranda, à partida é nesse concelho que deve ficar localizado o novo. -----

----- Acerca do matadouro, o Senhor Presidente da Câmara deu ainda mais esclarecimentos. Começou por referir que existe um excelente relacionamento entre Vimioso, Miranda e Mogadouro e que nunca Vimioso colocara qualquer obstáculo à construção da nova unidade. Nas várias reuniões já realizadas, foi discutida a localização e, quanto à comparticipação financeira, até se disse que

Vimioso não participaria, embora assine e participe no processo de candidatura. Defendeu que, a construir-se o novo matadouro, devia ficar localizado no concelho de Miranda. Referiu que bem gostaria que o matadouro ficasse na Zona Industrial de Vimioso, contudo disse que era necessário ser-se razoável donde, a localização mais sensata é em Miranda do Douro. -----

----- No uso da palavra, o Senhor deputado Acácio Fernandes mostrou-se de acordo com a criação da Associação de Municípios. No entanto, disse esperar que a associação não sirva de pretexto ou que não seja o prenúncio do primeiro passo para a anexação do nosso concelho ao de Miranda com a futura reforma administrativa de que muito se fala”. Foi ainda da opinião de nunca se obrigarem as crianças Vimiosenses a aprender a chamada Língua Mirandesa, defendendo sim uma boa aprendizagem da Língua Portuguesa, apesar de nada ter contra o Mirandês. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara respondeu, reafirmando que tem com o Município de Miranda e em particular com o seu Presidente da Câmara um excelente relacionamento, tendo já aproveitado para aprender mais um pouco a Língua Mirandesa. Quanto à anexação, referiu que a existir seria Vimioso a anexar Miranda devido à localização geográfica (centralidade). No entanto, disse não acreditar em tal coisa, até porque cada concelho tem a sua história a sua identidade que é mutuamente respeitada. -----

----- Interveio o Senhor Vice-Presidente, referindo que a mim não me preocupa a questão da anexação. Não é pela água que nós ficamos anexados. É bem pior quando nos fecham o SAP, aí é que podemos ficar sem concelho porque diz a lei da criação de municípios que só se pode criar um município se tiver um SAP, nós já não o temos! Isso é que é mais grave, ou seja, há os tais iluminados que vão cozendo as decisões em lume brando e depois aquilo aquece e não há hipótese, como esta reforma do Mapa Judiciário, isso é que é problemático e nós somos contra isso, somos contra o encerramento dos postos da GNR, somos contra o encerramento do SAP (exigiram-se contrapartidas) somos contra o Mapa Judiciário. Pessoalmente, já disse isto e disse-o num fórum da TSF, está a ser architectada uma manobra para acabar com pequenos municípios, mas não é com a questão da água que se acaba, acabam-se com outras medidas. Vamos lá a ver até onde é que isto vai chegar! Também ninguém obriga as crianças a aprender o Mirandês. Agora, é

preferível que as nossas crianças possam ficar aqui o maior tempo possível do que possam ir aprender, se calhar, mal o Português para outros sítios. Quanto à questão da água, há uma coisa que tem que ficar bem clara: eu já pedi à Assembleia que faça isto, as pessoas têm que perceber que a água vai ficar mais cara, têm que perceber isto, porque a energia também fica, o telefone também fica. Não é com as tarifas que se praticam hoje que se consegue ter um sistema sustentável. Não estou a dizer que a Câmara tem que ter lucro com a água. A Câmara não tem que ter lucros tem que fazer um serviço social mas, também não pode ter os prejuízos que tem porque isto é insustentável para uma Câmara seja ela qual for. Na Associação de Municípios, e temos de ter uma posição, nós defendemos por exemplo uma tarifa para a água nacional, porque se a tarifa for nacional nós vamos ter que ser participados pelo Estado e há essa perspectiva para ajudar a suportar esses custos. Obviamente, que os custos de produção de abastecimento de água no nosso concelho não se comparam a concelhos do litoral. No litoral, basta um bairro, um condomínio residencial, servem tantos habitantes como temos nós no concelho e não precisam de grandes custos. Nós temos que os ter e ainda bem porque nós queremos cá fixar as pessoas. As questões sociais (Santas Casas da Misericórdia, Lares) tudo isso tem que ser, de alguma forma, assegurado mas é evidente que alguém vai ter que começar a pagar o bem que tem e nós temos que o pagar.” -----

----- Interveio o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Angueira, Vítor Pires, “ Relativamente aos custos da água para a Câmara, eu só queria dizer o seguinte: há muito boa gente a esbanjar a água tratada nomeadamente no que diz respeito à rega de jardins e hortas junto a casa. A partir de agora, daqui a dois meses se calhar na próxima Assembleia, já se começa a sentir esse problema relativamente à rega. Já uma vez, lancei aqui esta ideia. Eu julgo que não ficaria assim tão caro à Câmara quanto isso: retirar nos meses de Inverno os contadores, pagarem as pessoas uma tarifa mínima, que de Inverno consome-se menos água, evita-se quebra de contadores com o gelo, cada contador, segundo eu sei, custa perto de cem euros mais os custos de montagem não sei quanto, mas para aí setenta. Mas, na altura em que realmente se gasta água, colocar os contadores a zero e as pessoas que consumirem mais que aquele limite que paguem a sério. Na minha freguesia,

em Angueira, há constantemente falha de água, em quatro ou cinco anos que tivemos lá um furo esgotou, estava a esbanjar água para a rua constantemente, a esbanjar água tratada as pessoas deixaram de cultivar as hortas junto ao rio onde têm água para regar do rio e cultivam os quintais com batatas junto a casa. Regam da água da rede, ninguém tem problemas quanto a isso porque a contagem não é tirada naqueles meses em que se consome mais. Isto tem custos para a Câmara Municipal. As pessoas não pagam a água que consomem, na altura dos piques, há falta de água, há chatices, há problemas connosco, Presidentes de Junta, depois nós chateamos a Câmara Municipal e as pessoas usam e abusam e não pagam. “ -----

----- No uso da palavra, o Senhor deputado José Luís mostrou concordância com a exposição do Senhor Vice-Presidente, tendo sublinhado que uma das suas grandes preocupações/batalhas é a questão da água (uso racional). A exemplo do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Angueira, sugeriu que houvesse “coragem, fazer naquelas localidades mais problemáticas, em que se sabe que realmente há consumos abusivos, a contagem da água que entra para o tanque de abastecimento e o somatório da contagem dos contadores. Nós sabemos que há desperdícios na conduta, há desperdícios, mas o que o Vítor aqui disse é totalmente verdade. É uma vergonha numa aldeia que tem tanta água, em que a água até da nascente do antigo manancial, se nós formos fazer o somatório da água que se consome, nos contadores da freguesia aquela seria suficiente, nem seria necessária a do furo e, no entanto, uma aldeia com tanta água nos meses de Verão tem que beber água que vai de uma cisterna sei lá de onde! Acredito que, com esta nova política e com esta nova empresa e se entregarem tudo à empresa desde a facturação, o problema da água será resolvido, está resolvido e as pessoas não vão pagar mais, vão pagar o justo preço ou justo custo. Hoje, não lhe fazem a cobrança como deve ser porque em vez de fazerem as leituras semestrais ou trimestrais, se as fizerem mensalmente, hoje, já este ano, experimentem fazer as leituras mensais da água, vão ver quanto é que vão gastar os consumidores. Experimentem mandar fazer as leituras mensais e depois veja quanto é que vão pagar. “ -----

----- Para responder, usou da palavra o Senhor Vice-Presidente. Começou por sublinhar o facto de o Senhor deputado José Luís manifestar concordância com

várias das suas posições, referindo que essa era uma situação positiva e a destacar. Relativamente à água, “ Vamos lá a ver uma coisa, já alguém desta Assembleia fez alguma denúncia relativamente a usos e abusos da água? Já alguém teve essa coragem? Ninguém a tem, esta é que é a verdade. Tenham essa coragem de denunciar quem faz utilização abusiva da água. Os Presidentes de Junta também têm essa obrigação, têm que defender a sua freguesia, foi para isso que foram eleitos, digam quem é que abusa da água, mas escrevam e nós actuamos, ninguém o quer fazer, tenham essa coragem, já que falamos tanto em coragem, não falem só, consubstanciem isso que falam, isso é que é importante ser feito, agora que há, há. Mas, hoje, vai-se lá resolve-se um problema, amanhã está lá outro, nós sabemos disso e nós acreditamos porque a experiência de Carrazeda tem dado esse resultado que poderemos vir a resolver o problema quanto às contagens mensais. A partir de Maio, com a nova lei elas são obrigatórias; o problema não tem a ver com as contagens tem a ver com este nosso típico vício de português que sabemos sempre dar a volta às questões, sabemos sempre, nós sabemos perfeitamente disso. Não tenho dúvida que a água que é produzida em Vimioso, se for só utilizada para consumo humano doméstico, chega, sobra e ainda dá para mais, toda a gente sabe disso. Toda a gente sabe que há quintais ao pé de casa e, agora, como é que fazemos? Acabamos com os quintais ao pé de casa? Como é que fazemos? Colocamos limite de água às pessoas? O problema tem a ver com o preço. Tem havido uma política no sentido de criar condições para dar mais garantias às pessoas para aqui se poderem fixar. Defendo que tem de haver uma política social para a água. “ -----

----- Ainda a respeito dos desperdícios da água, o Senhor deputado Acácio Fernandes alertou para o facto de, em Caçarelhos, existirem dois tanques / bebedouros de animais (um nas Quintanas e outro junto à escola) que desperdiçam muita água, solicitando medidas para resolver a situação. -----

----- No uso da palavra, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Matela, César Rodrigues, informou que a respeito de denunciar os prevaricadores no uso da água, a sua junta já o havia feito, tendo comunicado a situação à Câmara, tendo esta resolvido a situação. No entanto, lamentou que a coima aplicada ao prevaricador fosse tão baixa, sugerindo que fossem alterados os regulamentos. Referiu-se ainda à qualidade da água tendo dito

que a qualidade microbiológica é boa mas a qualidade química da água é muito má e questionou porque é que a AGS utiliza sulfato de alumínio que é um colóide para fazer a deposição da matéria orgânica em suspensão? Porque é que não utiliza um colóide biológico orgânico? Porque é mais caro? Custa doze ou quinze vezes mais, mas isso é uma questão muito grave. Eu, por acaso, tenho uma pequena indústria que não está concluída e não posso utilizar a água da rede na incorporação do produto porque tem sulfato de alumínio e tem concentrações e que isso não é detectada nas análises microbiológicas, cento e catorze vezes superior. Tenho a análise do Instituto Politécnico, (IPB) a última que eu tive que recolher para fazer o procedimento do HCCP tem cento e catorze vezes mais que a concentração exigível. Portanto, a qualidade da água é muito relativa e são essas questões que eram também importantes discutir, no meu ponto de vista, principalmente para mim. Eu, agora, não sei como é que vou fazer, qualidade microbiológica do poço não tenho, qualidade química a água da rede também não me oferece, o quê que vou fazer? Comprar água para incorporar no queijo é quase incomportável. “ -----

----- Respondeu o Senhor Vice-Presidente, dizendo que a questão da qualidade da água seria, de imediato, colocada à AGS, estranhando a situação até porque, como referiu o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Angueira e, segundo a informação de um jornal, a água de Vimioso é de boa qualidade. -----

----- Não se registaram mais intervenções, pelo que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto à votação. Foi aprovado por unanimidade e em minuta. -----

----- **Ponto Três Ponto Quatro) – Outros assuntos de interesse para o Município.** -----

----- Não houve pedidos de intervenção. -----

----- **Ponto Quatro) – PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA.** -----

----- Não se registaram intervenções. -----

----- Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão da qual se lavrou a presente acta que, depois de lida e aprovada, irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

O Presidente da Assembleia Municipal

O 1º Secretário da Assembleia Municipal

O 2º Secretário da Assembleia Municipal
